



SISTEMATIZAÇÃO DA REDE DE APOIO À GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL



Sumário

Apresentação	1
Nota metodológica	2
Produto 1 - Mapeamento da rede de apoio e parceiros institucionais efetivos e potenciais	3
1. Listagem das aldeias guarani do RS com número de famílias atualizado	3
1.1. Atualização do Mapa Guarani Digital	8
2. Mapeamento e sistematização por região das instituições públicas com interface indigenista	10
3. Mapeamento e descrição dos parceiros (organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de ensino) que atuam com projetos ou ações de apoio às comunidades	15
4. Levantamento de fornecedores e potenciais fornecedores para rede de apoio à gestão ambiental e territorial das TIs	21
Produto 2 - Mapeamento dos viveiros de mudas e fornecedores de sementes de interesse guarani	23
1. Levantamento dos viveiros de mudas	23
2. Levantamento dos produtores de sementes para roça, adubação verde e de árvores	25



Apresentação

A presente sistematização da rede de apoio à gestão territorial e ambiental das terras indígenas Guarani no Rio Grande do Sul foi realizada no âmbito do Projeto *Restauração Ecológica com Agroflorestas em Áreas Indígenas no Rio Grande do Sul*, vinculado ao *Programa Guarani* do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Foi executada a partir de cooperação técnica entre membros da equipe da Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (Aepim) e do CTI.

Este documento sistematiza as informações presentes no conjunto de planilhas em anexo. A primeira parte conta com uma listagem atualizada das aldeias guarani e aborda a relação de instituições públicas que atendem as comunidades nos âmbitos dos direitos indígenas, saúde, educação, entre outros, contando com uma relação das regiões de atuação e atribuição das mesmas. Em seguida, é apresentada a relação de organizações da sociedade civil e instituições de ensino que atuam como parceiras dessas comunidades, oferecendo descrição e regiões de atuação dessas entidades. Também foram identificadas cooperativas da agricultura familiar que podem fornecer alimentos para projetos em aldeias guarani.

A segunda parte é voltada ao mapeamento do mercado de mudas e sementes. O documento conta ainda com uma relação de mais de duzentas e setenta espécies vegetais de possível interesse para os guarani, de modo a subsidiar possibilidades de novos projetos junto às comunidades.



Nota metodológica

O mapeamento das instituições, organizações e coletivos que atuam junto às aldeias guarani no Rio Grande do Sul foi feito primeiramente através da sistematização de dados e conhecimentos já acumulados pelos trabalhos da Aepim e do CTI no estado, permitindo a compilação de informações antes dispersas. O processo de pesquisa envolveu também a consulta ativa a parceiros, lideranças indígenas, órgãos públicos e produtores rurais com objetivo de obter dados precisos e atualizados a respeito das entidades que de algum modo desenvolvem atividades ou prestam assistência às aldeias guarani no RS. Cabe destacar a fundamental contribuição da Emater/RS-Ascar para o presente trabalho. Através da Assessoria de Povos e Comunidades Tradicionais da instituição, foram remetidos questionários aos escritórios municipais de todas as cidades onde existem aldeias Guarani no estado.

As informações levantadas estão dispostas no seguinte relatório descritivo, sendo as tabelas com informações detalhadas disponibilizadas em anexo de acordo com cada item dos produtos. As informações e contatos de todas as aldeias e instituições públicas listadas nos itens 1 e 2 do Produto 1 estão no documento “Lista de aldeias e instituições públicas”. As informações e contatos de todas as organizações e instituições listadas nos itens 3 e 4, por sua vez, estão no documento “Parceiros e Fornecedores de Alimentos”. Já as informações relativas aos fornecedores de mudas e sementes bem como a lista de espécies produzidas estão no documento “Viveiros e Sementes”.

Produto 1 - Mapeamento da rede de apoio e parceiros institucionais efetivos e potenciais

Listagem atualizada das aldeias, contextualização territorial e atualização do Mapa Guarani Digital; instituições de Estado, de ensino e parceiros da sociedade civil que atendem povos indígenas; relação de potenciais parceiros, apoiadores e fornecedores de alimentos.

1. Listagem das aldeias guarani do RS com número de famílias atualizado

*Todas informações relativas a esse item encontram-se na tabela “**Lista de aldeias e instituições públicas**”. Abaixo, segue uma breve contextualização do território guarani no RS e a situação geral de regulamentação fundiárias das terras indígenas.*

Atualmente existem cerca de **56 aldeias guarani** no estado do Rio Grande do Sul. Essas aldeias estão distribuídas nas regiões noroeste e norte do estado (Missões), na região central e mais intensamente na planície costeira, desde o extremo-sul, passando pela região metropolitana de Porto Alegre e avançando pelo litoral norte do estado e adiante. Apenas sete dessas aldeias encontram-se em Terras Indígenas demarcadas pela Funai exclusivamente para os guarani. São elas:

- TI Campo Molhado (2.268 hectares)
- TI Varzinha (776 hectares)
- TI Pacheca (1852 ha)
- TI Cantagalo (283 ha)
- TI Salto Grande do Jacuí (234 ha)
- TI Granja Vargas (43 ha)
- TI Votouro Guarani (717 ha)

No norte do estado, há aldeias guarani também em quatro Terras Indígenas compartilhadas com o povo kaingang. No total, não mais que onze aldeias guarani encontram-se dentro de dez Terras Indígenas demarcadas *pela FUNAI*.

- TI Guarita (23.406 ha)
- TI Serrinha (11.752 ha)
- TI Nonoai (19.830 ha)
- TI Nonoai/Rio da Várzea (16.415 ha)

No Rio Grande do Sul, há diversas aldeias em áreas reservadas pelo **governo estadual**:

- Tekoa Koenju (236 ha)
- Água Grande (165 ha)
- Coxilha da Cruz (202 ha)
- Piquiri (96 ha)
- Guaviraty/Santa Maria (77 ha)
- Guajayvi/Charqueadas (297 ha)
- Guavira Poty/Três Bicos (79 ha)
- Tavaí/Cristal (290 ha)

Somadas essas áreas, são oito reservas indígenas criadas pelo governo estadual. Ainda mais recentemente, os guarani realizaram **retomadas de terra** em três áreas da extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro): tekoa Ka'aguy Porã/retomada de Maquiné; tekoa Para Roke/retomada de Rio Grande e tekoa Yy Rupa/retomada de Terra de Areia.

Outro aspecto marcante da territorialidade guarani nessas bandas é que diversas áreas habitadas pelos guarani foram compradas como **medida de compensação ambiental** por conta da duplicação das rodovias BR-101 e BR-116. Foram três áreas compradas no litoral norte por conta da primeira: Riozinho (24 ha), Campo Bonito/Torres (94 ha) e Sol Nascente/Osório (45 ha). Na costa oeste da Lagoa dos Patos, foram oito áreas adquiridas pelo DNIT e destinadas às comunidades afetadas:

- Tape Porã (157 hectares)
- Ka'aguy Porã (110 ha)
- Tekoa Mirim (87 ha)
- Yvy Poty (98 ha)
- Guapoy (106 ha)
- Yvy'ã Poty (82 ha)
- Tenondé (98 ha)
- Guajaivi Poty (131)

Algumas aldeias encontram-se em pequenas áreas cedidas por **prefeituras**, como Estiva (7 ha) e a aldeia Pindó Mirim/Itapuã (24 ha), ambas no município de Viamão, região metropolitana da capital. Essa última aguarda o processo de demarcação de uma ampla área pela FUNAI, a TI Itapuã.

Outras também tem terras regularizadas **cedidas por privados**, como a Tekoa Anhetenguá, na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre (25 ha), e há ainda aquelas em **áreas privadas que não foram regularizadas**: Guyra Nhendu, em Maquiné; Takua Ovy, em Viamão; Passo Grande Ponte, em Barra do Ribeiro; há também aldeias em **áreas públicas não regularizadas**, como em Aceguá e Ilha Grande, em Palmares do Sul.

Por fim, há comunidades em situação de **acampamento** que aguardam o andamento dos processos demarcatórios da FUNAI, como as aldeias do Irapuá (região central do estado), Mato Preto (Erebango, norte do estado), Lami e Ponta do Arado (zona sul de Porto Alegre); e aqueles acampamentos sem providências a nível administrativo: aldeia Pekuruty/Arroio Divisa; aldeia do rio Capivari; Papagaio e Araxaty, em Cachoeira do Sul.

De modo sintético, portanto, aproximadamente 20% das áreas foram demarcadas pela FUNAI, 20% pelo governo estadual, 20% foram compradas como medida de compensação ambiental de grandes obras, e 40% encontram-se em acampamentos ou áreas cedidas, aguardando processos de regularização fundiária iniciados ou não.

As maiores áreas habitadas pelos guarani foram **demarcadas pela FUNAI**: a TI Campo Molhado, em Maquiné, e a TI Pacheca, município de Camaquã. De resto, a maior parte das terras regularizadas, seja pela FUNAI ou pelo governo do estado, possuem entre 100 e 300 hectares, representando um território *legal* fragmentado e descontínuo. Essa característica acaba sendo a norma na disposição fundiária das terras indígenas guarani, o que representa um constante desafio para que esse povo possa vivenciar o território e circular livremente por Yvyrupa, exercendo seu modo de ser.

O Estado do Rio Grande do Sul, fronteiro com Argentina e Uruguai no extremo-sul do Brasil, é a parcela de Yvyrupa em que Mata Atlântica e Pampa¹ se encontram. Como pode ser observado no mapa a seguir, 40 das 56 aldeias guarani no estado encontram-se em áreas definidas como Bioma Pampa. Fica evidente a ampla sobreposição do território guarani com os campos sulinos e as várzeas dos rios. O mapa também demonstra que, ao ocupar e reflorestar as áreas de mata do bioma campestre, os Guarani se confundem com o caminhar das florestas pelo Rio Jacuí até seu Delta na região das Lagoas. A maior parte das Terras Indígenas demarcadas no RS localizam-se na Mata Atlântica, porém, considerando o total de áreas com presença guarani, podemos dizer que **há mais concentração de comunidades no Pampa**.

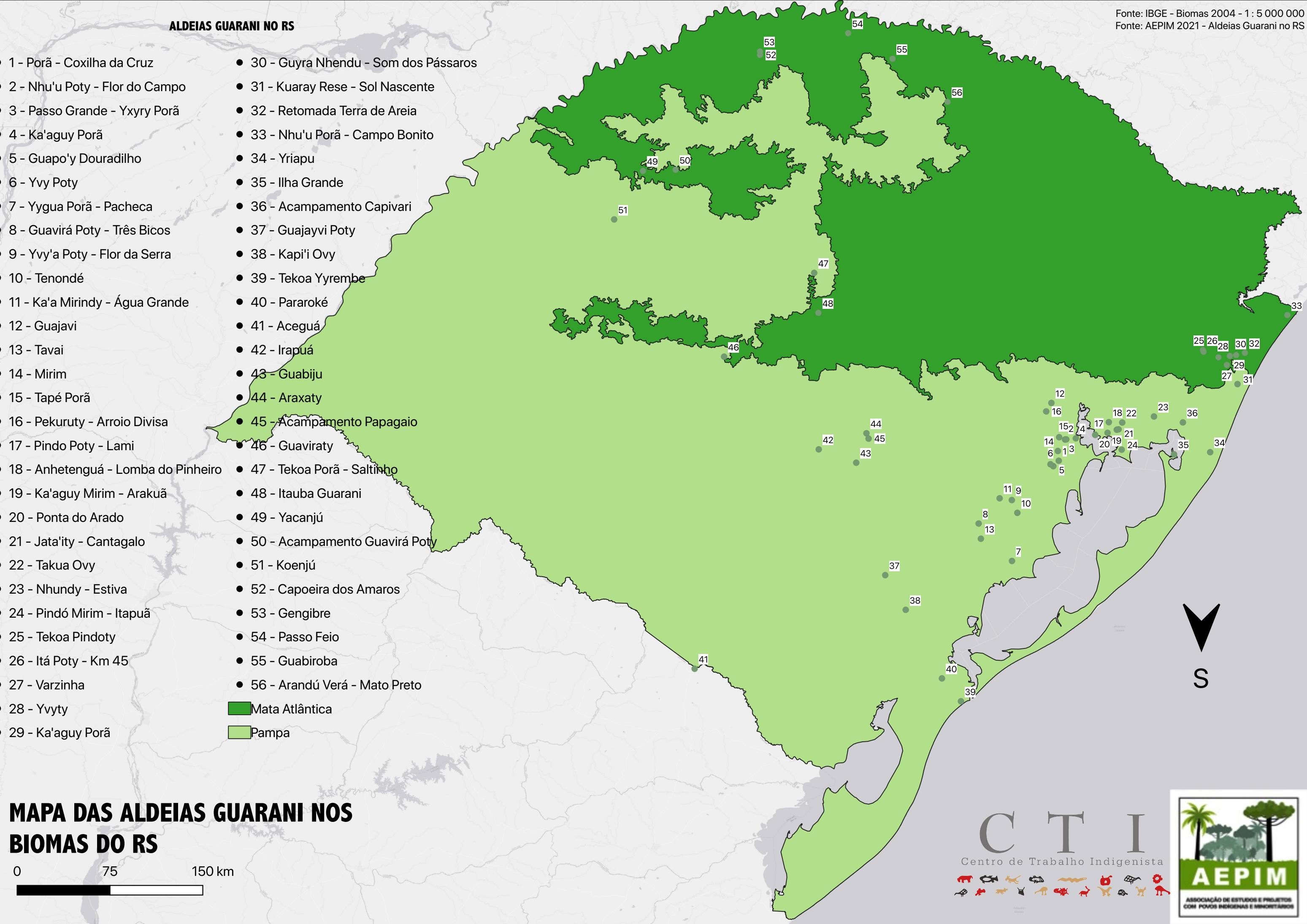
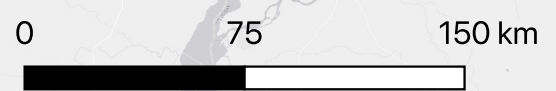
¹ Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2014), nos dados da atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no país, somente 3,6% de suas áreas prioritárias estão sob algum tipo de proteção - unidades de conservação ou terras indígenas, o que o caracteriza enquanto bioma menos protegido do Brasil. É neste mosaico de paisagens complexo que os mbyá guarani ao longo dos tempos costuram sua história e cultura com os ecossistemas locais.

ALDEIAS GUARANI NO RS

- 1 - Porã - Coxilha da Cruz
- 2 - Nhu'u Poty - Flor do Campo
- 3 - Passo Grande - Yxyry Porã
- 4 - Ka'aguy Porã
- 5 - Guapo'y Douradilho
- 6 - Yvy Poty
- 7 - Yygua Porã - Pacheca
- 8 - Guavirá Poty - Três Bicos
- 9 - Yvy'a Poty - Flor da Serra
- 10 - Tenondé
- 11 - Ka'a Mirindy - Água Grande
- 12 - Guajavi
- 13 - Tavai
- 14 - Mirim
- 15 - Tapé Porã
- 16 - Pekuruty - Arroio Divisa
- 17 - Pindo Poty - Lami
- 18 - Anhetenguá - Lomba do Pinheiro
- 19 - Ka'aguy Mirim - Arakuã
- 20 - Ponta do Arado
- 21 - Jata'ity - Cantagalo
- 22 - Takua Ovy
- 23 - Nhundy - Estiva
- 24 - Pindó Mirim - Itapuã
- 25 - Tekoa Pindoty
- 26 - Itá Poty - Km 45
- 27 - Varzinha
- 28 - Yvyty
- 29 - Ka'aguy Porã
- 30 - Guyra Nhendu - Som dos Pássaros
- 31 - Kuaray Rese - Sol Nascente
- 32 - Retomada Terra de Areia
- 33 - Nhu'u Porã - Campo Bonito
- 34 - Yriapu
- 35 - Ilha Grande
- 36 - Acampamento Capivari
- 37 - Guajayvi Poty
- 38 - Kapi'i Ovy
- 39 - Tekoa Yyrembe
- 40 - Pararoké
- 41 - Aceguá
- 42 - Irapuá
- 43 - Guabiju
- 44 - Araxaty
- 45 - Acampamento Papagaio
- 46 - Guaviraty
- 47 - Tekoa Porã - Saltinho
- 48 - Itaubá Guarani
- 49 - Yacanjú
- 50 - Acampamento Guavirá Poty
- 51 - Koenjú
- 52 - Capoeira dos Amaros
- 53 - Gengibre
- 54 - Passo Feio
- 55 - Guabirola
- 56 - Arandú Verá - Mato Preto

Mata Atlântica
 Pampa

MAPA DAS ALDEIAS GUARANI NOS BIOMAS DO RS



C T I

Centro de Trabalho Indigenista

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS COM POVOS INDÍGENAS E MINORITÁRIOS

1.1. Atualização do Mapa Guarani Digital

Foi feita uma revisão minuciosa do Mapa Guarani Digital a respeito das aldeias no Rio Grande do Sul. A lista completa de alterações encontra-se na tabela “**Mapa Guarani RS**”. As principais alterações constam a seguir:

PONTOS ACRESCENTADOS			
Município	Áreas Indígenas	Subgrupo étnico	Situação fundiária
São Miguel das Missões e Caibaté	Missões	Mbya Guarani	Antigas áreas de uso ou esbulhadas
Palmares do Sul	Araxaty	Mbya Guarani	Regularizada
Cachoeira do Sul	Papagaio	Mbya Guarani	Sem Providências
Rio Grande	Yyrembe	Mbya Guarani	Sem Providência
Viamão	Takua ovy	Mbya Guarani	Sem Providência
Aceguá	Aceguá	Mbya Guarani	Sem Providência
Guaíba/Barra do Ribeiro	Passo Grande 2	Mbya Guarani	Sem Providência
Palmares do Sul	Ponte de Palmares do Sul	Mbya Guarani	Sem Providência

Informações a respeito da presença indígena em certos locais também foram atualizadas, bem como o nome de algumas aldeias:

OUTRAS ALTERAÇÕES				
Município	Área Indígena	Subgrupo étnico	Situação anterior	Mudança realizada
Caçapava do Sul	Irapuá	Mbya Guarani	Desabitada	Habitada
Riozinho	Itapoty	Mbya Guarani	Desabitada	Habitada
Guaíba	Petim	Mbya Guarani	Habitada	Desabitada
Ervat Seco	Gengibre	Mbya Guarani	Nome: <i>Gengiva</i>	Atualização do nome
Maquiné	Campo Molhado	Mbya Guarani	Nome: Nhu Porã	Nome: Yvyty
Osório	Kuaray Resë	Mbya Guarani	sem nome indígena	Acréscimo nome guarani

2. Mapeamento e sistematização por região das instituições públicas com interface indigenista

*Todas informações relativas a esse item encontram-se na tabela “**Lista de aldeias e instituições públicas**”. Nesse item, organizamos e sistematizamos as instituições de estado com interface indigenista em nível federal e estadual que atuam no Rio Grande do Sul.*

O **Ministério Público Federal** atua no estado através da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (PR/RS), sediada em Porto Alegre, e que conta com um núcleo especializado, o Núcleo de Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas (NUCIME-PRRS). Além da unidade da capital, há outras 18 (dezoito) unidades em diferentes municípios do estado, com jurisdição que abrange os municípios da sua região. Dessa forma, as comunidades guarani do estado são atendidas por 12 (doze) Procuradorias da República distintas, ainda que metade das aldeias guarani no estado sejam de atribuição da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, sediada em Porto Alegre. No mapa e nas tabelas em anexo, é possível identificar a unidade do MPF responsável por cada aldeia do estado.

A **Secretaria Especial de Saúde Indígenas (SESAI)**, vinculada ao Ministério da Saúde, passou por processo recente de reorganização. As aldeias de todo estado são atendidas por seis “Pólos Base” distintos: PB Passo Fundo, PB Guarita, PB Porto Alegre, PB Barra do Ribeiro, PB Viamão e PB Osório. Os Pólos eram divididos antes, alguns pertencendo ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI - divisão administrativa regional pela qual opera a SESAI) Interior Sul, outros pelo DSEI Litoral Sul. Após uma repactuação decidida junto aos indígenas, todos Pólos Base do RS pertencem agora ao DSEI Interior Sul. Cada Pólo Base, por sua vez, atende às aldeias de sua região funcional. Em anexo, elaboramos planilha e mapa com a divisão das aldeias por PB e DSEI, junto a contatos de referências na área de assistência social e saúde de cada município onde há aldeias guarani.

A **FUNAI** também opera por regiões. No caso do Rio Grande do Sul, são duas Coordenadorias Técnicas Locais (CTL): CTL Porto Alegre e CTL Cruz Alta,

ambas submetidas à Coordenação Regional Litoral Sul. A região de atribuição de cada CTL e as aldeias abarcadas, bem como o contato institucional, encontram-se no mapa e nas tabelas em anexo.

Entre as instituições de **competência estadual**, o Rio Grande do Sul conta com o **Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI)**, que administrativamente está lotado no Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DDHC) da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), porém, é importante ressaltar que o conselho não atua em nome do Governo do Estado, e sim como órgão público deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador das políticas e ações executadas pelo Governo do Estado, relacionadas às populações indígenas. Em relação à sua gestão, ele possui coordenação tripartite, ou seja, coordenação das etnias guarani e kaingang e coordenação governamental, formadas pelos conselheiros dos três âmbitos.

No que diz respeito à organização da base territorial e por questões relativas ao desenvolvimento regional e planejamento estratégico, o Rio Grande do Sul é organizado em **Regiões Funcionais de Planejamento (RFs)** e em escala sub-regional, em **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)**. Essa regionalização foi feita com base em critérios de enfoque econômico, ambiental, social, infraestrutura e gestão, e também serve como referência para elaboração de instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento do Estado, além de outros diagnósticos e estudos prospectivos. Esses elementos ajudam a compreender a dinâmica territorial no Rio Grande do Sul. Anexada a este relatório há uma tabela com as RFs e COREDEs, onde os municípios e as aldeias estão situados em cada um deles e um mapa ilustrando essas divisões regionais.

A **Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC)** é responsável pela educação indígena no estado. Também opera de modo regionalizado, dividindo o estado em Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), cada qual responsável por um conjunto de municípios. Atualmente, são 31 CREs no estado (embora a numeração das mesmas vá até 39). Quatorze dessas CREs possuem Escolas Estaduais Indígenas em sua atribuição. Todas escolas indígenas estão sob atribuição do Departamento Pedagógico da SEDUC, que conta com Coordenador

das Políticas Específicas e Assessor da Educação Escolar Indígena. Todas escolas indígenas, aldeias, os respectivos municípios e CREs, com contato institucional, encontram-se no mapa e listadas na tabela em anexo.

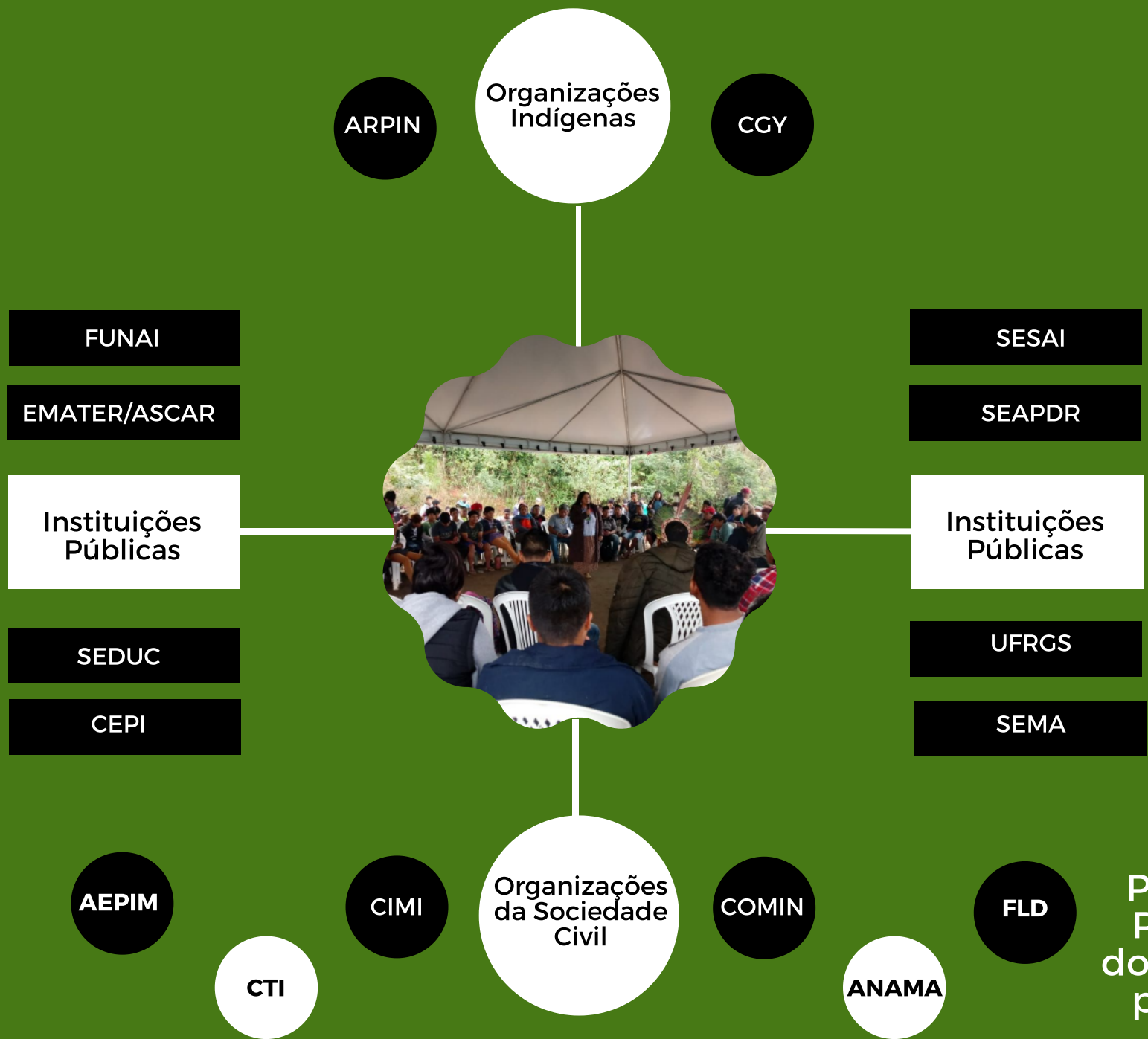
O Rio Grande do Sul conta também com uma política estadual de etnodesenvolvimento, executada através de convênio firmado entre a **Emater-RS/Ascar** e a Divisão Indígena e Quilombola da **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR)**. Além dos projetos executados pelo convênio com o governo estadual, a Emater também atua nas aldeias do RS executando o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em vinte e seis comunidades. Cabe destacar que a **Emater** consiste numa entidade privada. Optamos por colocá-la junto às instituições de estado, no entanto, por ser conveniada ao governo estadual e executora das políticas públicas descritas aqui.

A **Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA)** é outra secretaria de estado que eventualmente atua junto às comunidades indígenas. Embora não haja uma estrutura interna na secretaria voltada à questão indígena especificamente, a SEMA possui um assento com conselheira ativa no Conselho Estadual dos Povos Indígenas, do mesmo modo que já atua com frequência como mediadora em conflitos socioambientais envolvendo povos indígenas.

A **Secretaria de Saúde do Estado** possui um departamento de Saúde Indígena, que atua de modo complementar ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, estrutura interligada ao SUS. Esse departamento conta com dois sanitaristas que elaboram estratégias de atuação conjunta aos municípios e à SESAI na atenção à saúde indígena. O governo do estado realiza repasses aos municípios que contam com a presença de povos indígenas, a depender do tamanho da população. Esses recursos devem ser gastos a partir da elaboração participativa de um Plano de Aplicação.

Em **nível municipal**, identificamos apenas dois municípios que contam com estrutura própria voltada ao atendimento de povos indígenas, Porto Alegre e Rio Grande. A prefeitura de Porto Alegre conta com a **Unidade dos Povos Indígenas e**

Direitos Específicos (UPIDE), que é a unidade administrativa responsável pela coordenação, articulação e monitoramento das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas (Kaingang, Mbya Guarani e Charrua) que vivem em Porto Alegre. Em Rio Grande há uma **Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas** e um **Conselho Municipal dos Povos Indígenas**, ambos criados em 2019. A Coordenadoria tem o papel de propor, coordenar, articular, assessorar, apoiar e acompanhar a execução de ações voltadas às políticas públicas para os Povos Indígenas no município, já o Conselho tem caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, sendo formado por representantes dos povos indígenas, da administração pública municipal e estadual e tem como obrigação garantir a participação dos indígenas nas políticas públicas do município.



**Principais
Parceiros
dos Guarani
presentes
no RS**

3. Mapeamento e descrição dos parceiros (organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de ensino) que atuam com projetos ou ações de apoio às comunidades

A partir da identificação dos principais apoiadores, organizamos em três grupos as principais entidades e organizações: sociedade civil organizada, instituições de ensino e organizações indígenas. Todas informações relativas a esse item encontram-se na tabela “Parceiro e Fornecedores de Alimentos”

No que diz respeito à sociedade civil organizada, identificamos cerca de **20 parceiros**, principalmente ONGs e movimentos sociais.

Poucas organizações possuem abrangência estadual na sua atuação, e são basicamente aquelas **vinculadas a igrejas**: Conselho Indigenista Missionário (**CIMI**), Cáritas Brasil, Conselho de Missão entre Povos Indígenas (**COMIN**), Fundação Luterana de Diaconia (**FLD**), entre outras. Boa parte dessas entidades atua de forma muito consistente na defesa dos direitos dos povos indígenas, em campanhas de mobilização política e também de assistência (destinação de cestas básicas, agasalhos, etc.), na promoção de encontros e reuniões e no apoio a demandas gerais das comunidades. Dessa forma também, mas com suas especificidades, o Centro de Estudos Budistas Biosativa (**CEBB**) tem atuado em algumas aldeias do estado.

As ONGs que desenvolvem projetos com foco socioambiental possuem uma atuação mais territorializada e com ênfase em projetos: Ação Nascente Maquiné (**ANAMA**) e Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (**IECAM**) concentram suas ações no litoral norte do estado, ainda que não de modo exclusivo. A própria **Aepim** atua também nesse território, mas não se limita a ele, atuando também em outras regiões do estado. Assim como o **CTI**, que atua de forma ampla com projetos que costumam promover a agricultura tradicional, o reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, combinando encontros e outras iniciativas.

Na costa da Lagoa dos Patos, região densamente ocupada pelos guarani, as aldeias contaram ao longo da década com diversos projetos executados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (**FAPEU**), vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contratada pelo DNIT para executar as medidas de compensação ambiental da obra de duplicação da BR-116, que atravessa o território.

Algumas organizações, como a Associação Amigos do Meio Ambiente (**AMA Guaíba**) e o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (coalizão de movimentos e organizações), vêm desenvolvendo ações de forma pontual na região do delta do Jacuí, por conta da aliança forjada na oposição conjunta a um megaprojeto minerário na região. Além da luta contra a Mina Guaíba, essas entidades realizaram campanhas de solidariedade para auxiliar comunidades indígenas em meio à pandemia. Ainda no âmbito de movimentos parceiros, a Frente Quilombola costuma acompanhar sobretudo o CIMI em mobilizações políticas e na defesa dos direitos dos povos originários e tradicionais, ainda que não desenvolva ações diretas em aldeias.

Destacamos ainda a atuação do **Núcleo Amigos da Terra (NAT)**, que a nível nacional atua em parceria com o CIMI e a ARPIN. Em nível local, a Instituição atua na região metropolitana de Porto Alegre. Em meio à pandemia de Covid-19, a Frente Quilombola e o NAT se articularam com a **Rede Indígena Porto Alegre**, coletivo de mulheres indígenas que vem organizando ações de apoio tanto para a venda de artesanato quanto destinação de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade. Esses movimentos não têm no indigenismo sua razão de ser, mas vêm atuando como parceiros dos povos indígenas.

Algumas associações indígenas atuam no estado, a **Comissão Guarani Yvyrupa (GGY)** é a maior delas, por sua abrangência nacional. No RS, vem atuando com mais destaque no interior e no litoral norte, na articulação, mobilização e defesa dos direitos dos guarani e dos povos indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul) também é uma organização indígena, que visa representar a maior parte dos povos indígenas da região sul: Kaingang, Guarani, Xokleng e Xetá.

Em nível local, em termos de **comunidades que contam com organizações próprias**, identificamos seis associações e uma cooperativa:

- Associação *Tenondé Porã*, da aldeia homônima, em Camaquã
- Associação *Poty Guarani*, da aldeia Yvy Poty, em Barra do Ribeiro
- Associação Mbya Guarani Tekoa Porã, da aldeia de Salto do Jacuí
- Associação Consciência Guarani, da aldeia Koenju, em São Miguel das Missões
- Associação *Guarani Tekoá*, em Santo Ângelo
- Conselho de Articulação do Povo Guarani (CAPG), associação que congrega lideranças de diversas aldeias da região da Lagoa dos Patos e BR-116 na luta pela terra e direitos dos povos indígenas
- Cooperativa Indígena Toldo Guarani Antônio Mariano, da aldeia Guabiroba, TI Votouro Guarani, em Benjamin Constant do Sul

No que diz respeito às **instituições de ensino**, identificamos vinte entidades que atuam de forma permanente ou intermitente junto a comunidades guarani. São grupos de estudo, núcleos e laboratórios de Universidades e Institutos Federais, além de coletivos e coordenadorias específicas, que atuam nos mais diversos âmbitos. Tal diversidade torna difícil oferecer uma síntese, mas é possível distinguir algumas linhas de atuação: há **núcleos de pesquisa e estudos de graduação e pós-graduação com foco em povos indígenas**, como o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS), o Laboratório de Antropologia e Etnologia (LAE/UFRGS) e o Peabiru: Educação ameríndia e interculturalidade (Faculdade de Educação da UFRGS), entre outros, que além de pesquisarem junto às aldeias, desenvolvem laudos antropológicos e projetos de extensão. Também existem organismos internos às universidades com a **função institucional de acompanhar indígenas que entram nas instituições de ensino**, como é o caso da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF/UFRGS) e do Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Há ainda grupos de extensão e coletivos organizados dentro das universidades que se engajam em projetos e ações junto a comunidades indígenas, como alguns **ligados ao socioambientalismo e à agroecologia**: Grupo Uma Visão Agrônoma com Ideal

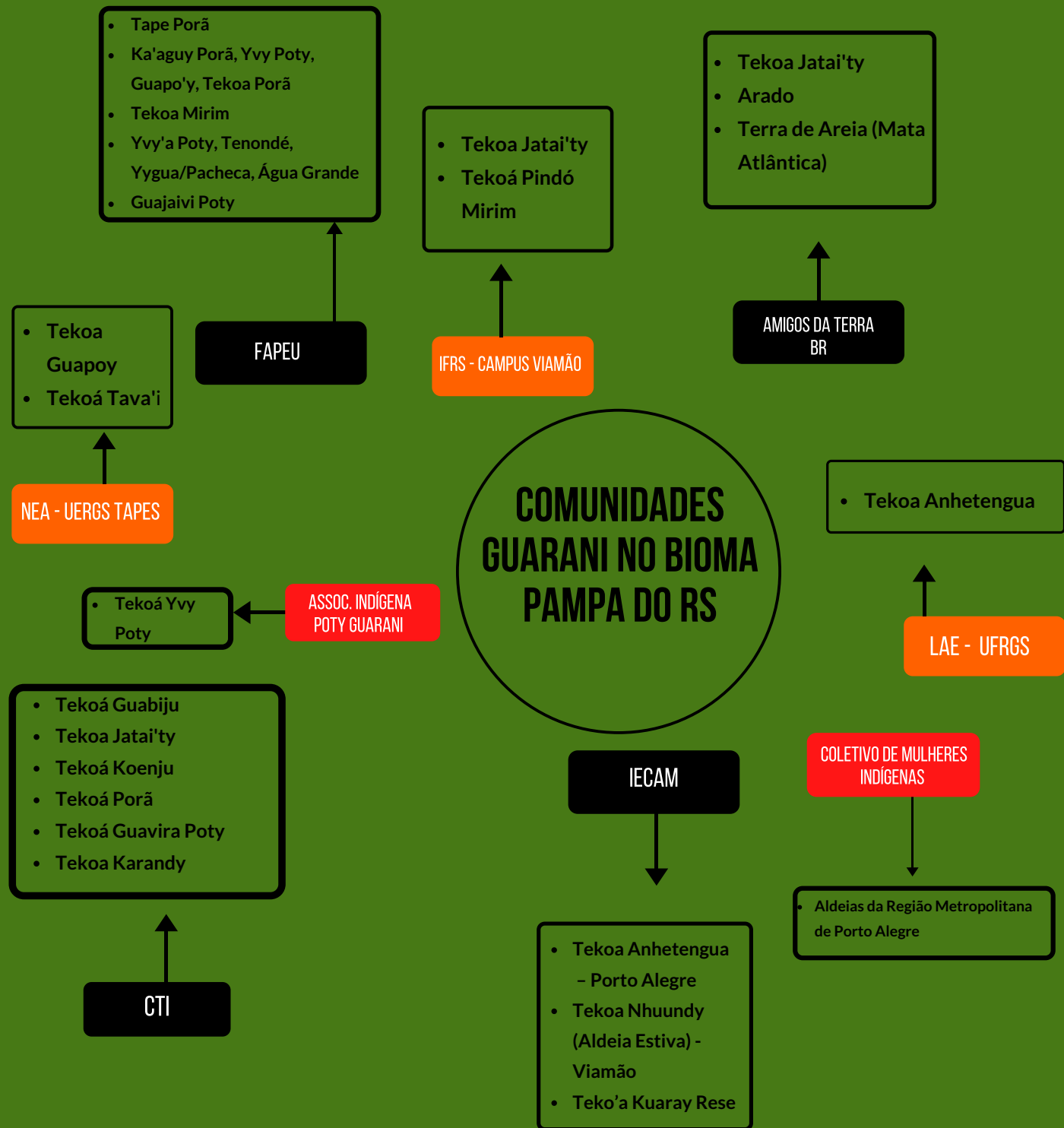
Agroecológico - UVAIA (Agronomia/UFRGS), Grupo Viveiros Comunitários (Ciências Biológicas/UFRGS) e o Grupo de Agroecologia Gaia (UERGS).

PRINCIPAIS PARCEIROS NO BIOMA PAMPA

SOCIEDADE CIVIL

GRUPOS DE ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS



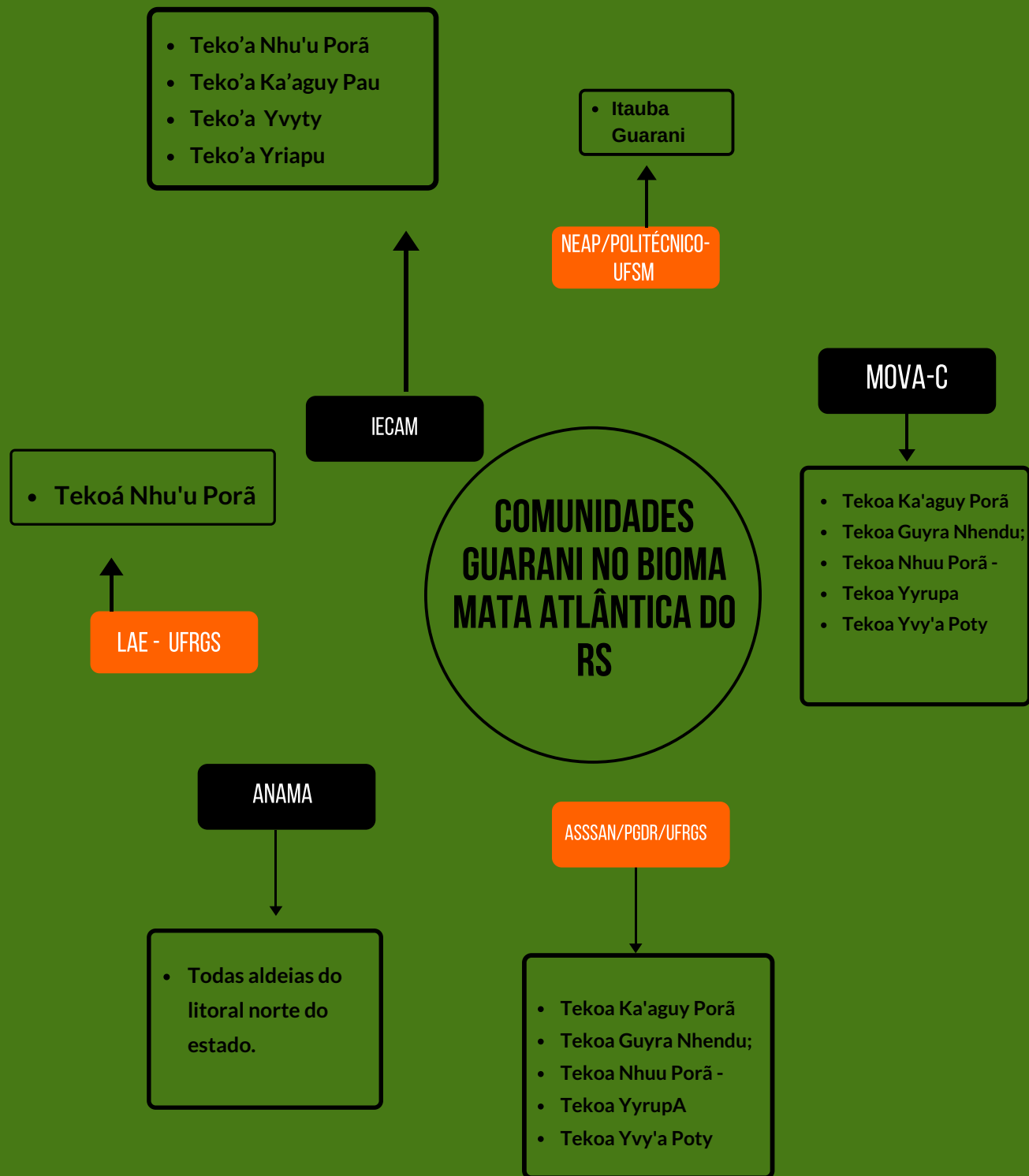
PRINCIPAIS PARCEIROS NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

SOCIEDADE CIVIL

GRUPOS DE ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS*

*SOMENTE A CGY E A ARPIN SE FAZEM PRESENTES NA REGIÃO.



4. Levantamento de fornecedores e potenciais fornecedores para rede de apoio à gestão ambiental e territorial das TIs

*Todas informações relativas a esse item encontram-se na tabela “**Parceiros e Fornecedores de Alimentos**”*

As instituições que trabalham em conjunto com as comunidades Guarani, ao executar projetos com diferentes objetivos, encontram um ítem em comum a se pensar no planejamento: a alimentação. Pensando nisso, buscamos listar parceiros e possíveis parceiros que possam ser fornecedores de alimentos tanto para cestas básicas quanto para compras específicas na realização das atividades em comunidade. Elencamos estes parceiros levando em consideração i) o possível fortalecimento de redes de economia solidária ii) a compra de alimentos orgânicos iii) parceiros que tenham organização territorial que dialogue com as comunidades indígenas.

Até o momento mapeamos 3 organizações que já tem um histórico atuando nas aldeias indígenas na região litorânea do estado e na região metropolitana de Porto Alegre. A Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (**COOMAFITT**) trabalha principalmente em parceria com a ANAMA em projetos com comunidades guarani do litoral norte e oferece produtos orgânicos que são de interesse dos guarani, tais como banana, batata doce, bergamota, laranja suco e repolho. Além disso, também vende mel. Já o **Coletivo Mulheres da Terra**, do Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão/RS, se localiza próximo à aldeia Nhundy/Estiva e já forneceu alimentos para eventos na mesma.

A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (**COOTAP**) - conhecida localmente por produzirem o arroz orgânico Terra Livre - iniciou a ter essa relação de fornecer alimentos para aldeias guarani este ano através de um projeto de mitigação do COVID-19 nas aldeias executado pela Aepim. A COOTAP forneceu cerca de 140 cestas básicas para 11 aldeias da região metropolitana. Além de produtos como farinha de trigo, feijão, óleo e arroz a cesta também tinha ítems que fazem parte da alimentação tradicional tais como erva mate,

mel, farinha de milho, canjica, mandioca, batata doce, entre outros. A maior parte dos produtos eram orgânicos, produzidos por mais de 10 famílias de agricultores da cooperativa.

Além das organizações listadas, cabe citar que o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (**CAPA**) da região de Santa Cruz do Sul e de Pelotas forneceu cestas básicas para as aldeias destas localidades durante a pandemia de COVID-19.

Entre os **possíveis parceiros** há instituições de diversas regiões do estado e constituídas por diferentes atores: Cooperativas de agricultores ecológicos como a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares (Pelotas/RS), na região sul do Estado, a Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA) e a PoliFeira do Agricultor UFSM que configura um local para se buscar parceiros na região central do estado.

O estado do RS conta com 146 **comunidades quilombolas** identificadas e listadas pelo INCRA. Muitas destas comunidades contam com sistemas agroalimentares, cultivando alimentos como aipim, batata-doce, milhos, morangas, abóboras, melancias, feijões, entre outros, combinando-os com o plantio de árvores frutíferas e ervas medicinais. Poucas destas variedades são cultivadas em quantidade suficiente para um fornecimento constante para possíveis compradores, porém, há a possibilidade de se discutir compras pontuais a fim de estreitar laços territoriais e incentivar o desenvolvimento desta cadeia socioeconômica.

Produto 2 - Mapeamento dos viveiros de mudas e fornecedores de sementes de interesse guarani

Sistematização da diversidade de espécies disponível nos mercados de mudas e sementes em relação às plantas de interesse guarani;

1. Levantamento dos viveiros de mudas

*Todas informações relativas a esse item encontram-se na tabela “**Viveiros e Sementes**”. O arquivo está dividido em 4 abas, sendo que as duas primeiras se referem a contato dos viveiros e às espécies produzidas pelos mesmos, nesta tabela constam os nomes das árvores em português e em guarani segundo levantamento em campo da equipe; já as duas últimas abas do arquivo se referem ao contato e localização dos produtores de sementes e às espécies produzidas pelos mesmos.*

Foram mapeados **60 fornecedores de mudas de árvores** espalhados em 42 municípios do Rio Grande do Sul. Desses municípios com viveiros, 11 deles contam com pelo menos uma aldeia Guarani. A maioria dos viveiros mapeados produz tanto espécies nativas do Rio Grande do Sul como não-nativas frutíferas e ornamentais. Alguns viveiros têm como foco apenas a produção de árvores nativas do estado, outros são especialistas em uma só espécie ou variedade de cítricos ou eucaliptos, por exemplo.

Os produtores de mudas mapeados somam juntos uma diversidade de **277 espécies de árvores** que estão sendo produzidas. Dessas, 201 são consideradas nativas do Rio Grande do Sul. Do total, subdividem-se 78 famílias botânicas, sendo que a Família Fabaceae, das leguminosas, como os ingás e cabreúva, por exemplo, foi a família de maior destaque, com 45 espécies; a Família Myrtaceae que compreende as frutíferas nativas, como a guabiroba e araçá, foi a segunda com mais espécies, com 39 no total. Os municípios de Ijuí e Pareci Novo foram os que mais apresentaram fornecedores de mudas, com 7 cada um.

Ainda em relação às espécies de árvores produzidas, cabem aqui alguns destaques relevantes. Pela experiência de campo da equipe da Aepim e do CTI nas comunidades guarani, é sabido que algumas árvores que frequentemente são solicitadas aos projetos têm poucos fornecedores disponíveis, o que se confirmou com o presente mapeamento. O Guaporiti, ou *guaporoity*, (*Plinia rivularis*) e o Jaracatiá, ou *jarakatia*, (*Jacaratia spinosa*) por exemplo, são bastante citados nas listas de espécies das comunidades, e aparecem em apenas um viveiro cada no estado, o Guaporiti no Viveiro Senger, em Pareci Novo/RS e o Jaracatiá no Viveiro Almara, em Osório/RS. Já outras espécies comuns aos Guarani como por exemplo o Cedro, ou *Yary*, (*Cedrela fissilis*), o Ipê-roxo, *tajy*, (*Handroanthus heptaphyllus*), o Angico-vermelho, *Korupay*, (*Parapitadenia rigida*), e frutíferas nativas, como Pitanga (*Eugenia uniflora*) e Guabiroba, *Guavira*, (*Campomanesia xantocarpa*), aparecem em pelo menos 4 viveiros cada, estando melhores distribuídas pelo estado.

Algumas aldeias guarani do estado já participaram² de projetos de fomento à implementação de viveiros de mudas nas comunidades. São elas: Aldeia Sol Nascente, em Osório; Aldeia Anhetenguá, em Porto Alegre; Aldeia Pindó Mirim, em Viamão, que possui um orquidário; Aldeia Ka'aguy Porã e Guapoy, no município de Barra do Ribeiro; Aldeia Tape Porã, em Guaíba e Aldeia Tenondé, em Camaquã.

² Das aldeias citadas apenas o orquidário da Aldeia Pindó Mirim e os viveiros das Aldeias Tapé Porã e Ka'aguy Porã estão em funcionamento. As demais comunidades estão com dificuldade para dar continuidade aos trabalhos por diversas questões como a falta de recurso em projetos continuados.

2. Levantamento dos produtores de sementes para roça, adubação verde e de árvores

Foram mapeados **26 agricultores ou empresas** produtores de diferentes tipos de sementes e ramas. Algumas empresas de grande porte, fornecedoras de sementes tiveram suas vendas limitadas no último ano por causa da seca em todo estado.

Para além das **sementes crioulas** para roça, outras espécies como aveias, azevém e ervilhaca, têm sido incorporadas às roças ou quintais agroflorestais em alguns projetos do CTI, FAPEU e ANAMA em aldeias guarani do Rio Grande do Sul, principalmente para **adubação verde**. Essas são comercializadas em larga escala, principalmente pela Empresa Nativa Sementes do município de Ijuí.

Além disso, foram mapeados fornecedores de **sementes de árvores** nativas do Rio Grande do Sul. Foram encontrados relativamente poucos comerciantes de sementes de árvores, importante matéria prima para dar início a viveiros comunitários ou a quintais agroflorestais, os principais mapeados foram a empresa MP Florestal, de Rio Pardo e a FEPAGRO de Santa Maria.

O Capim Santa-fé (*Panicum prionitis* Nees), ou *Kapi'i Raimbe*, em guarani, é muito importante para a confecção dos telhados das *Opy'i*. Temos registro de três projetos que adquiriram o capim de Comunidades Quilombolas do RS, o que tem grande relevância em termos de fortalecimento interétnico. Em uma ocasião, o capim foi comprado pelo CTI e em outra pela FAPEU no Quilombo da Anastácia, em Viamão, e ainda em uma terceira oportunidade pela FAPEU no Quilombo Serro das Velhas, município de Canguçu. Para além dos quilombos, o agricultor Raul dos Santos Castilhos Filho vende feixes de capim santa-fé e já comercializou para vários projetos de apoio aos Guarani, inclusive para a Comissão Guarani Yvyrupa recentemente.

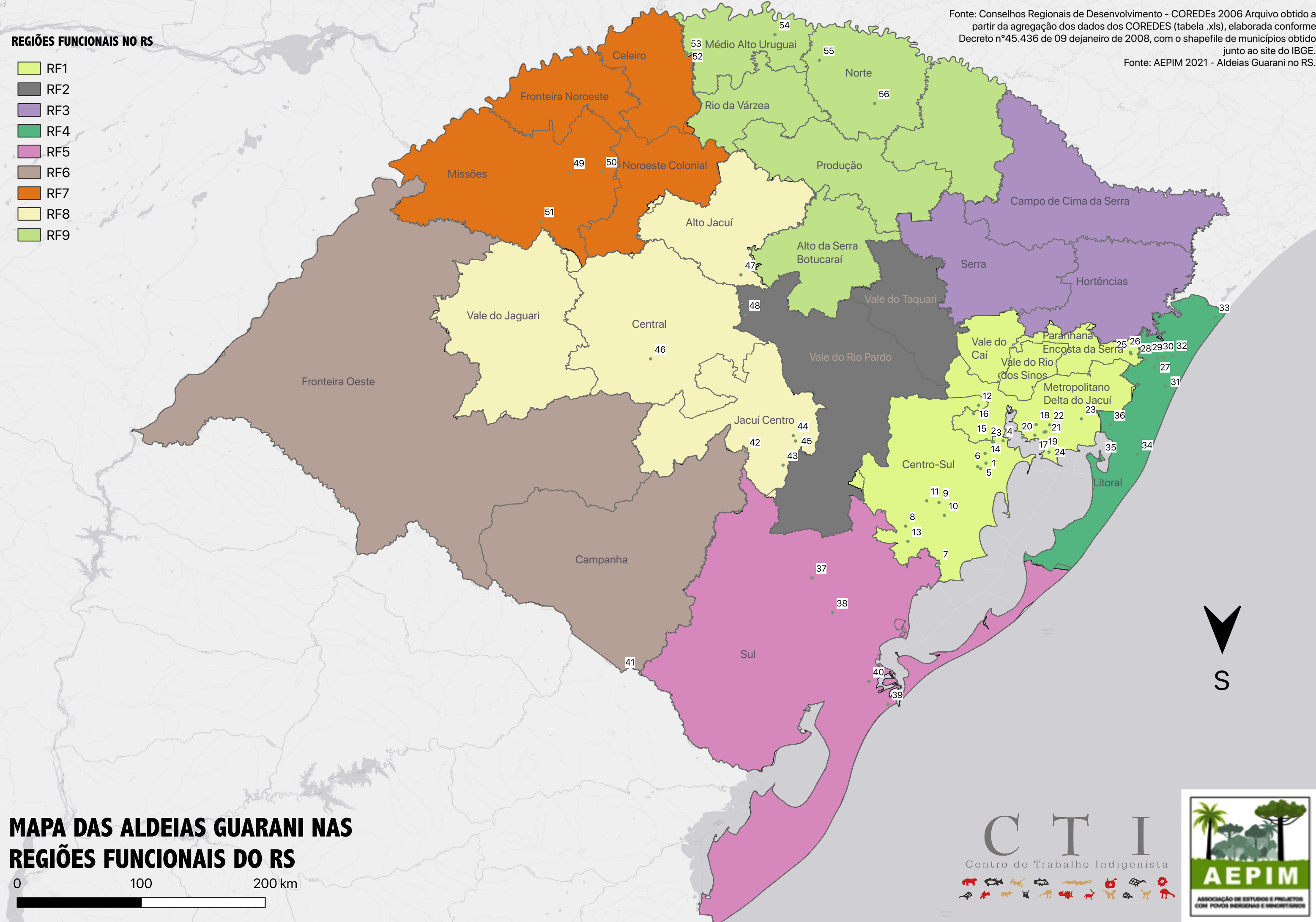
Consideramos importante, quando possível, privilegiar os agricultores mais próximos às aldeias para compra de ramas de mandioca, cana-de-açúcar,

batata-doce e outros produtos, tanto para estreitar laços com o município quanto para fortalecer a agrobiodiversidade local. O tabaco, por exemplo, é principalmente comercializado pelo Amilton Munari, agricultor guardião de diversas variedades de sementes e ramas que reside em Maquiné/RS. Ele contou à equipe da Aepim, em visita realizada em sua propriedade em 2020, que originalmente essas sementes vieram das aldeias da região, ele então reproduziu e agora vende para todo Brasil. Esperamos que o presente trabalho possa ajudar no sentido de fortalecer os laços da sociobiodiversidade.

REGIÕES FUNCIONAIS NO RS

- RF1
- RF2
- RF3
- RF4
- RF5
- RF6
- RF7
- RF8
- RF9

Fonte: Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs 2006 Arquivo obtido a partir da agregação dos dados dos COREDES (tabela .xls), elaborada conforme Decreto nº45.436 de 09 de janeiro de 2008, com o shapefile de municípios obtido junto ao site do IBGE.
 Fonte: AEPIM 2021 - Aldeias Guarani no RS.



MAPA DAS ALDEIAS GUARANI NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

0 100 200 km



CTI
 Centro de Trabalho Indigenista

- Polo Base SESAI**
- PB SESAI BARRA DO RIBEIRO
 - PB SESAI GUARITA
 - PB SESAI OSORIO
 - PB SESAI PASSO FUNDO
 - PB SESAI PORTO ALEGRE
 - PB SESAI VIAMAO

- Municípios atendidos pelo PB Barra do Ribeiro**
- CAMAQUA
 - GUAIBA
 - MARIANA PIMENTEL

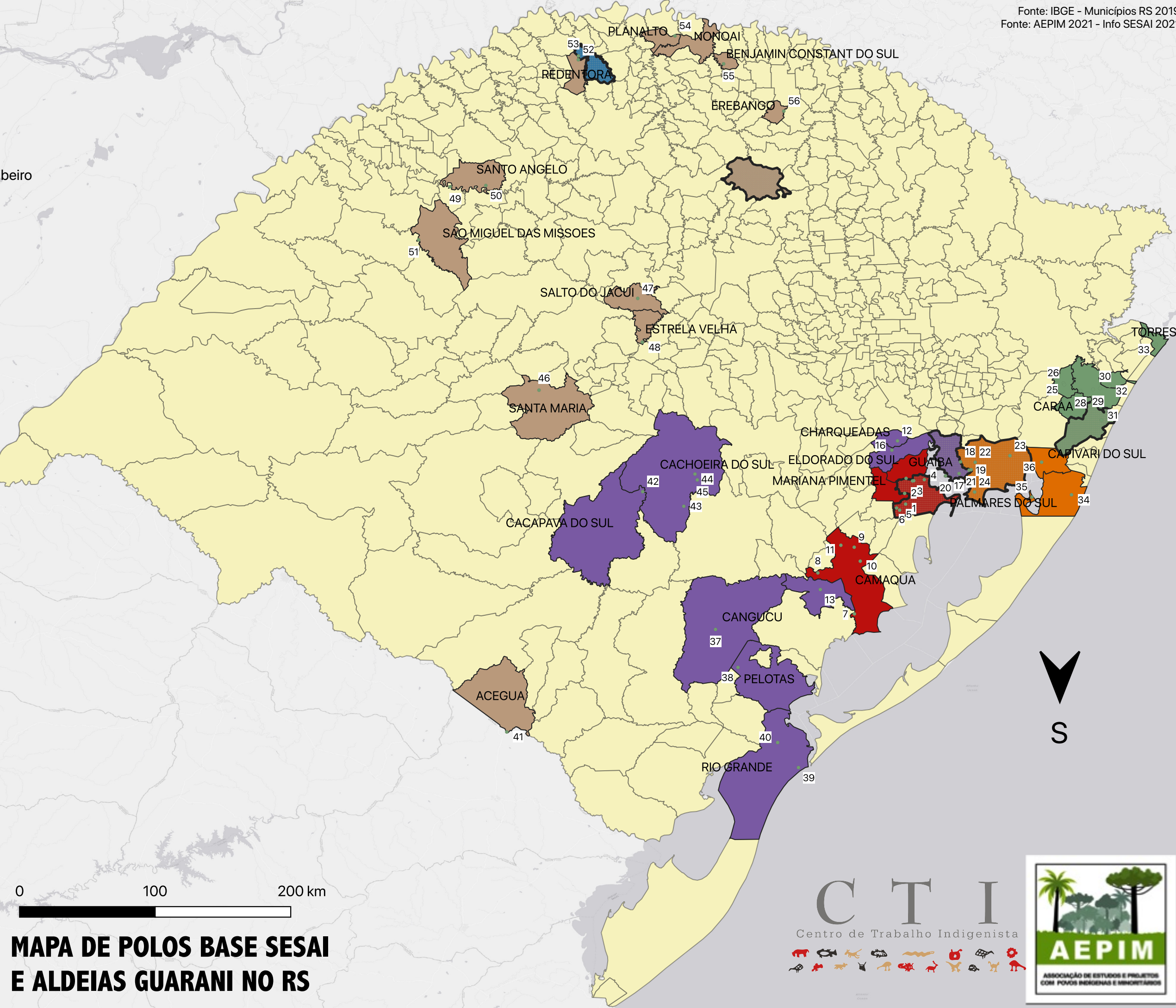
- Município atendido pelo PB Guarita**
- ERVAL SECO / GUARITA

- Município atendido pelo PB Osório**
- CARAA
 - MAQUINE
 - RIOZINHO
 - TERRA DE AREIA
 - TORRES

- Município atendido pelo PB Passo Fundo**
- ACEGUA
 - BENJAMIN CONSTANT DO SUL
 - EREBANGO
 - ESTRELA VELHA
 - NONOAI
 - PLANALTO
 - REDENTORA
 - SALTO DO JACUI
 - SANTA MARIA
 - SANTO ANGELO
 - SAO MIGUEL DAS MISSOES

- Município atendido pelo PB Porto Alegre**
- CACAPAVA DO SUL
 - CACHOEIRA DO SUL
 - CANGUCU
 - CHARQUEADAS
 - CRISTAL
 - ELDORADO DO SUL
 - PELOTAS
 - RIO GRANDE

- Município atendido pelo PB Viamão**
- CAPIVARI DO SUL
 - PALMARES DO SUL



MAPA DE POLOS BASE SESAI E ALDEIAS GUARANI NO RS

